

Editorial

Por **Ude Valentini**

“Não há uma opinião tão absurda que não possa ser admitida por algum homem.”

John Locke (1632-1704)

Meia transparência?



A falta de transparência nas ações e deliberações de alguns políticos brasileiros não é novidade para ninguém. Tudo se faz à portas fechadas, na calada da noite ou longe dos holofotes. O mistério é redobrado quando o assunto é polêmico e remete às ações que contrariam os interesses populares, como o aumento dos próprios salários ou dos impostos. Se o objetivo é evitar a polêmica e a consequente impopularidade, eles são verdadeiros mestres nesta área.

Lembro-me do velho ditado que dizia: ‘Quem não deve, não teme’. Porque então tanto segredo, tanto cerco às informações essenciais para o bom andamento da relação de confiança entre o homem público e a sociedade? Talvez os escândalos diários que invadem as telas de nossas TVs, as páginas dos nossos jornais e a mídia como um todo, expliquem tamanha obscuridade.

Tentando minimizar essas práticas e dar mais campo aos olhos da população, os portais transparência foram implantados em forma de lei, tornando-se obrigatório em todas as repartições públicas. Mas como toda a lei no Brasil, esta também é desrespeitada sem que ninguém se mexa para se fazer cumprir. O portal transparência da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Piracicaba são bons exemplos do desrespeito à legislação.

Falta transparência em um dispositivo criado

Falta transparência em um dispositivo criado para oferecer transparência. Existe algo mais paradoxo do que isto?

para oferecer transparência. Existe algo mais paradoxo do que isto? Por lei, esses portais são obrigados a oferecer todas as informações sobre licitações, contratos, aquisições ou transações do poder público. Segundo a análise feita pelo Observatório Cidadão de Piracicaba, simplesmente 25% dos indicadores analisados são completamente ignorados, tanto na Câmara quanto na prefeitura. Significa dizer que 1/4 das informações solicitadas, ou que deveriam ser espontaneamente divulgadas, continuam sob o manto do protecionismo político.

Como confiar 100% nos nossos gestores ante uma realidade dessas? As leis no Brasil precisam ser rigorosamente cumpridas e o seu cumprimento deve começar de cima para baixo. Não há que se reclamar de uma sociedade, quando os seus gestores não tomam a iniciativa de dar o exemplo.

Se ninguém fizer nada a respeito e a falta de transparência continuar dominando os gabinetes e corredores públicos, daqui algum tempo teremos que mudar a denominação para “portal meia transparência”, onde se divulga apenas o conveniente de cada situação.